

As batalhas da Cantareira: a luta dos marítimos em Niterói (1918-1928)

ANTONIO FELIPE DA COSTA MONTEIRO MACHADO*

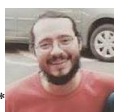
Resumo: As lutas operárias durante o período da Primeira República brasileira vão adquirir grandes contornos e enorme relevância histórica, com diversas greves gerais que paralisariam os grandes centros urbanos. Nesse cenário, a mobilização dos marítimos, responsáveis pelo transporte aquaviário entre a capital federal e a capital fluminense terá um papel-chave nesses processos de resistência. O avanço desse processo de luta será marcado pela forte repressão das forças policiais, que submeterão os trabalhadores à violência, demissões, prisões e até a execução. Confrontos de grande importância serão travados por duas vezes na Praça Araribóia, em 1918 e 1928, marcando a história da classe trabalhadora niteroiense.

Palavras-chave: Movimento Operário; Greve Geral; Marítimos; Sindicalismo Revolucionário.

The battles of the Cantareira: the struggle of seafarers in Niterói (1918-1928)

Abstract: The labor struggle in Brazil during the First Republic gained great proportions and enormous historical relevance, counting several general strikes that paralyzed the main urban areas. In this scenario, the mobilization of the seafarers – the ones responsible for the maritime transport between the cities of Rio de Janeiro and Niterói, then the federal capital and the capital of the State, respectively – had a key role in these processes of resistance. The advance of the struggle was met by a strong repression carried out by the police forces, that subjected the workers to violence, dismissals, imprisonment, and even assassination. Two clashes of great importance took place in Araribóia Square, in 1918 and 1928, becoming milestones in the history of the working class in Niterói.

Keywords: Labor Movement; General Strike; Seafarers; Revolutionary Syndicalism.



* ANTONIO FELIPE DA COSTA MONTEIRO MACHADO é Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



Introdução

Em 1917 o Brasil vê eclodir suas primeiras grandes expressões de luta sindical: as grandes greves gerais de São Paulo e Rio de Janeiro. Tal mobilização não fora resultado de uma simples ação espontânea: é consequência de um longo trabalho de organização e mobilização. Em 1903, há uma tentativa de greve geral; em 1906, é realizado o *Primeiro Congresso Operário Brasileiro* e fundada a *Federação Operária do Rio de Janeiro* (FORJ), dentre outras; em 1908 é fundada a *Confederação Operária Brasileira* (COB) e em 1913 é realizado o *Segundo Congresso Operário Brasileiro*. A carestia dos produtos de primeira necessidade, a inexistência de qualquer direito trabalhista e a influência da Revolução Russa irão convergir para construir um quadro de revolta a partir do final da década de 1910. Somado a tudo isso, a influência significativa da ideologia anarquista no interior da classe trabalhadora se mostrará decisiva para impulsionar essas movimentações.

Nesse contexto de grande tensão social, os anos seguintes serão marcados por grandes processos de luta da classe trabalhadora brasileira em diversas regiões do país. Dentre essas, na cidade de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, as greves dos marítimos e os consequentes conflitos com a repressão policial marcariam a história da cidade. Os trabalhadores do transporte aquaviário possuem considerável importância nesse cenário uma vez que a principal ligação entre a cidade e a então capital federal seria feito através das barcas, então controladas pela *Companhia Cantareira e Viação Fluminense*.

O período também seria marcado pela forte repressão. Desde as greves gerais de 1917 o Estado aumentaria seu aparato repressivo, a fim de coibir qualquer iniciativa que pudesse ganhar o mesmo contorno social destes processos. Sem sucesso, ao passo que o sindicalismo avança tanto no sentido organizativo quanto quantitativo, a repressão

avançaria de maneira cada vez mais violenta contra os lutadores sociais. Assim, o ano de 1918 se iniciaria com prisões e com o fechamento de diversas associações, dentre elas a FORJ.

1. A batalha da Cantareira de 1918 e as conquistas de 1919

Mesmo a repressão do Estado brasileiro não seria capaz de pulverizar as movimentações dos trabalhadores, que tiveram grande contorno em 1917. Os militantes construiriam novas instâncias organizativas e prosseguiriam com suas greves e manifestações, que nesse momento só viriam a aumentar.

Assim, a partir de março de 1918 o movimento sindical volta a mover-se, a fim de restabelecer seus espaços de organização, sendo fundada a *União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro*, em substituição à FORJ, que fora dissolvida pela polícia. A nova organização rapidamente consegue agregar sindicatos de diversas categorias. Em suas bases estatutárias, definidas em assembleia no dia 1º de março, a nova associação revela não ter mudado sua forma de organização e estrutura em relação à FORJ, e tampouco sua estratégia alinhada ao sindicalismo revolucionário. O *Jornal do Brasil* abria espaço para uma nota da UGT que enfatizaria:

A União Geral dos Trabalhadores não pertence a nenhuma escola, facção ou doutrina política ou religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem tampouco qualquer de seus membros, individualmente livres e autônomos, poderá servir-se de um título ou função da UGT do Rio de Janeiro, com esse intuito. (*Jornal do Brasil*, 01/03/1918)

Além da reorganização das associações antes reunidas pela FORJ, é significativa

o nascimento de outras agremiações, que prontamente aliam-se à UGT. Em Niterói, esse é o caso da *Liga Operaria da Construção Civil* e da *Associação Gráfica Fluminense*. Nesse ano também são realizados comícios de propaganda na cidade, como este relatado pelo jornal *Liberdade*:

Em Niterói

No dia 28 do mês findo, em Niterói, no lugar determinado Barreto, efetuou-se uma ultíssima propaganda associativa, onde tomaram parte aqui do Rio, o nosso Diretor, o camarada José Caiazzo e a operaria tecelã Eliza, da fábrica de tecidos Aliança das Laranjeiras; de Niterói falaram duas operarias e o operário Conrado, ambos da Manufatura Fluminense. Neste dia, a rua João Batista naquela localidade, ficou repleta de trabalhadores, notando-se densamente, o elemento feminino que delirava de aplauso aos oradores. (*Liberdade*, 01/08/1918)

Não é à toa que muitos desses comícios são realizados no Barreto, bairro tipicamente operário. A principal fábrica do bairro seria a *Companhia Manufatura Fluminense*, que data do início do século XX e tem um papel central no bairro. Inclusive, a *União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecido* (UOFT) abre uma filial ali, bem como em outras cidades, como Petrópolis e Santo Aleixo. O “elemento feminino” que chamou a atenção dos redatores de *Liberdade* provavelmente relaciona-se com o papel predominante das tecelãs na indústria têxtil, que tiveram grande protagonismo nesses processos de luta.

Em julho de 1918, Niterói se tornaria palco de uma importante movimentação. Trata-se da greve dos trabalhadores da *Companhia Cantareira e Viação Fluminense*, que trabalhavam no sistema de transporte aquaviário entre Rio e

Niterói e os serviços de bondes da cidade.

Desde 1914, a empresa *Estrada de Ferro Leopoldina* havia assumido a administração da *Companhia Cantareira e Viação Fluminense*, ganhando assim o monopólio do transporte tanto aquaviário da cidade do Rio de Janeiro para Niterói, quanto com sua concessão de bondes de Niterói e a estrada de ferro que conecta a cidade ao interior do estado.

Nesse período de recessão econômica, a Leopoldina faz uma gestão marcada pelo sucateamento das barcas e péssimas condições de serviço, além da grande exploração aos seus trabalhadores. A gota d'água se daria quando a companhia anuncia uma demissão em massa de seus funcionários. Kátia Rangel comenta este cenário:

Os serviços de navegação tornaram-se irregulares com a escassez de carvão, revoltando-se os usuários com a constante alteração e supressão de horários. As barcas envelheciam rapidamente, por falta de conservação adequada, levando às vezes uma hora ou mais de travessia. Repetiam-se com populações do Rio e Niterói, que pressionavam o governo no sentido de negá-los. Quando a empresa anunciou a demissão em massa de operários, especialmente do “estaleiro Rodrigues Alves”, rebentaram manifestações de protesto, com as quais se solidarizavam até mesmo as classes produtoras e ela recuou. Passou, entretanto, a atrasar os pagamentos e a revolta explodiu. Era agosto de 1918. (RANGEL, 1983)

No dia 2 de agosto, os marítimos decidem declarar greve. Além de exigirem os pagamentos atrasados, as principais reivindicações do movimento são o aumento salarial e a redução da

jornada de trabalho para oito horas. A *Companhia Cantareira*, no entanto, mantém-se intransigente em relação aos seus trabalhadores, que reagem, e um protesto é realizado na estação da cidade do Rio de Janeiro:

A Companhia reagiu demitindo os líderes do movimento e negando-se a qualquer diálogo com representantes de seus empregados. Os populares tomam partido dos grevistas e depredam a estação do Rio de Janeiro, ameaçando de linchamento o superintendente da empresa. O Chefe da Polícia, Aurelino Leal, reconhece a legitimidade da causa e vê também fracassar suas tentativas de entendimento com a Cantareira. A Marinha, que a princípio manteve-se neutra e ofereceu pessoal para manobrar as barcas, retira-se no dia 4 alegando que a tarefa exigia tratamento específico. (RANGEL, 1983)

Mas é em Niterói que o movimento se radicaliza de maneira mais expressiva, com a adesão de diversas outras categorias ao movimento.

Em Niterói a situação assumiu proporções dramáticas depois que propostas de acordo do prefeito Otávio Carneiro e do governador Agnelo Collet foram também descartadas pela Cantareira. As forças policiais, civis e militares encarregaram-se da guarda dos bondes, barcas, estações e escritórios, mas logo conflitaram com tropas do exército sediadas na cidade, solidárias com o movimento dos grevistas. A estes aderem os operários da “Fábrica de Tecidos do Barreto”, do serviço de bondes, da “Companhia Brasileira de Energia Elétrica”, dos trens da própria Leopoldina e os motoristas de táxi. (RANGEL, 1983)

Esse processo de luta mobiliza cada vez mais trabalhadores em torno de si, e é

marcado por uma forte combatividade. Entre os setores que aderem ao movimento, o que mais surpreenderia seriam os militares, que acabam protegendo os trabalhadores. Addor aponta que “O fato novo, inesperado e importante é a adesão à causa dos grevistas de alguns soldados do exército, do 58º Batalhão de Caçadores, que participam da luta ao lado da multidão contra as forças da milícia estadual.” (ADDOR, 2002)

É no centro da cidade, na Praça Araribóia, que o ápice do conflito se dá. Trabalhadores, militares e policiais militares entram em conflito, transformando a praça em um verdadeiro campo de guerra, onde diversas pessoas perecem. Rangel narra o confronto:

O colapso dos transportes provoca inflamados comícios contra a Cantareira e a massa revolta percorre a cidade, apedrejando e virando os bondes da empresa. A Polícia Militar tenta impedi-la, mas o exército lhe oferece cobertura. A 7 de agosto as duas corporações entram em luta, em plena Praça Araribóia, e dois soldados do exército são mortos por policiais militares. Niterói se transforma numa praça de guerra. O comércio fecha suas portas e reforços do exército desembarcam na cidade. O governador Agnelo Collet toma uma medida prudente, recolhendo ao quartel a Polícia Militar. E pressionava a “Companhia Cantareira”, encaminhando rapidamente à Assembleia Legislativa um projeto de encampação de seus bens e serviços. (RANGEL, 1983)

Esse processo de luta dos trabalhadores de Niterói e seus desdobramentos é descrita no jornal anarquista *Liberdade*, organizado por Pedro Matera. O periódico saúda a luta dos trabalhadores e a atitude ímpar dos militares:

A greve de Niterói

No dia 6 do mês passado em Niterói Estado do Rio, se verificou uma greve que durou alguns dias, onde, os operários da Cantareira paralisaram o tráfego por completo, várias fábricas pararam o serviço em sinal de solidariedade, assim procederam os motoristas e o comércio fechou as portas. Foi deveras um início de reivindicação proletária.

No fim de três dias de greve, houve luta entre o povo e a polícia e esta qual guarda pretoriana, atirou contra o povo desapiedadamente, tomando parte alguns soldados do exército, que pela primeira vez bateram-se em favor do povo como verdadeiros heróis, resultando de parte a parte vários mortos e algumas centenas de feridos, que a polícia na impotência de resistir ao povo, teve que se refugiar, chegando muitos deles abandonar os cavalos nas vias públicas e outros despidendo a farda, pedindo a particulares, roupas a paisana para se salvarem da ira do povo. (Liberdade, 01/09/1918)

O jornal afirma que, após o confronto, a companhia “não teve alternativa e cedeu, a 11 de agosto, concedendo um aumento de 15% aos funcionários e suspendendo a punição dos grevistas.” E salienta que os populares ainda ocupavam as ruas: “Bondes e barcas voltaram no mesmo dia a trafegar, em meio a grandes manifestações populares, a que faltaria uma banda de música.” No entanto, o jornal avalia a resolução com um certo pesar: “A greve terminou para os operários incondicionalmente, por ainda acreditarem nas promessas do governo...”

Mas esse evento ficaria marcado na memória do povo niteroiense. Um ano após o ocorrido, ainda o jornal *Liberdade* afirma que uma grande marcha de familiares e apoiadores dos mortos

foram “para o cemitério de Maruy, depositar sobre os túmulos das vítimas da polícia de Niterói por ocasião da greve dos operários da *Companhia Cantareira*, custosas grinaldas e flores, em nome das associações operárias.”.

Os trabalhadores partem da sede da *Liga Operária da Construção Civil*, indo em marchas no cemitério, localizado no Barreto. Ali inicia-se um comício, onde fala-se na necessidade de um entendimento entre militares e trabalhadores:

Lá chegando a grande manifestações, pois, durante o trajeto que foi longo e a pé, milhares de vozes entoavam a Internacional dos trabalhadores, sobre as tumbas, falaram vários oradores, que dissertaram sobre a necessidade de verdadeiro entendimento entre operários e soldados, que num só feixe fraternal possam alcançar o máximo de bem estar para todos e que na hora da peleja final, evitar o mínimo possível de vítimas que se possam insurgir contra o grande exército da Liberdade. (Liberdade, 08/1918)

O movimento sai novamente em marcha de volta para a sede da Liga, onde se dispersa:

Apesar da chuva miúda que caía incessantemente, não arrefeceu o ânimo dos homenageantes, que regressaram novamente a pé, para a sede da Construção Civil e a rua da Constituição, lugar de onde tinha saído, dissolvendo-se em seguida.

Os cossacos de Niterói em grande bando, acompanharam a manifestação a certa distância assemelhando-se a uma chusma de verdadeiros bandidos. (Liberdade, 08/1918)

O fato desse conflito ter ficado marcado na memória dos trabalhadores da cidade é significativo. Acreditamos que essa

experiência de luta e conflito foi fundamental para abrir o caminho de importantes processos de luta no Estado do Rio de Janeiro, marcando a história do movimento operário. Não é por acaso que, logo depois da Batalha da Cantareira, ocorreria um dos eventos mais importantes da história da classe trabalhadora brasileira.

Durante os últimos meses de 1918, um longo processo de expansão do movimento grevista que agrega cada vez mais categorias de trabalhadores em luta. É no dia 18 de novembro que estes convergem, indo às ruas reivindicar seus direitos. José Oiticica, importante militante anarquista da época, afirma que a UGT nesta época agregaria mais de trinta sindicatos e acolhia um número próximo à 150.000 trabalhadores na época (OITICICA, 1925). O movimento espalha-se por toda região metropolitana do estado. As filiais da *União dos Operários em Fábricas de Tecido* se tornariam focos da então chamada “Insurreição Anarquista”, como seria o caso no Barreto.

A capital federal acabou por convergir, no Campo de São Cristóvão, toda essa movimentação, que tomou de fato um caráter insurrecional. A polícia e a guarda civil tentam sem sucesso dispersar a multidão de maneira cada vez mais violenta, e depois de explosões de bombas por parte dos operários e trocas de tiros com a polícia o movimento finalmente termina, duramente reprimido pelas forças policiais. Novamente o Chefe de Polícia Aurelino Leal fecha as portas de diversas associações operárias, prende centenas de pessoas e dissolve a UGT.

No primeiro semestre de 1919 ocorrem novamente diversas greves operárias. A primeira seria justamente a dos marítimos no estado do Rio de Janeiro. Receosos que a greve atingisse

proporções semelhantes à 1918, a *Companhia Cantareira* dessa vez decidiu negociar com os grevistas, atendendo a maior parte de suas exigências ainda no mesmo mês. Dulles narra o processo:

Na primeira destas greves cerca de 300 marítimos abandonaram o serviço, no dia 7 de maio. Enquanto o Major Bandeira de Melo e seus subordinados patrulhavam as docas, a companhia de navegação do Lloyd Brasileiro procurou dar continuidade a seu serviço recorrendo a pessoal não vinculado à associação dos marítimos. Depois de muitos e áspersos debates, a Associação dos Marinheiros e Remadores e a diretoria do Lloyd chegaram a um acordo em 26 de maio. Estipulavam-se novos salários para as diferentes categorias de marítimos, o horário de oito horas com o pagamento de um mil-réis para cada hora de serviço extraordinário, e acrescentava-se uma cláusula que o Ministro da Viação Afrânio de Melo Franco fizera questão de incluir: os antigos marinheiros que tinham servido durante a guerra teriam “iguais direitos” quando a Associação dos Marinheiros e Remadores indicasse pessoal para as vagas de emprego nos navios mercantes nacionais. (DULLES, 1977)

Mas antes mesmo que as negociações se finalizassem, diversas outras categorias em greve alcançaram rapidamente alguns dos principais objetivos que estavam na pauta do movimento operário há décadas:

Antes que se chegasse a este acordo, os operários das fábricas de cerveja e de calçados, os alfaiates, as costureiras, barbeiros, fotógrafos, empregados em padarias e fábricas de cigarros se declararam em greve, reclamando o dia de oito horas. No dia 18 de maio calculava-se em 10

mil o número de operários ausentes de seus empregos. Mas a maioria manteve-se em greve por pouco tempo, porque os empregadores, em geral, se mostraram prontos a conceder a jornada de oito horas sem redução dos salários. Além da jornada de oito horas, os ferroviários da Rede Sul Mineira receberam garantias de que o trabalho dos menores de 14 anos não seria mais permitido. (DULLES, 1977)

Assim, a partir desse processo de agitação operária, os trabalhadores podiam vangloriar-se de diversas conquistas obtidas através da luta e organização sindical, alcançando o direito a oito horas de trabalho, assim como aumentos de salário.

Farinha Neto cita alguns exemplos dessas iniciativas que se deram aqui à nível nacional: “No Brasil, é promulgada, em janeiro, a Lei de Acidentes de Trabalho. Ainda no primeiro semestre, são tomadas algumas medidas de garantia aos operários estatais, como a concessão das oito horas de trabalho no Lóide Brasileiro e outras companhias” (NETO, 2007). Outras conquistas relevantes foram alcançadas nesta época, como o “Código Sanitário de 1919 [que] proibia o trabalho de menores de catorze anos e o trabalho noturno para as mulheres, reivindicações incluídas nas demandas da greve de 1917” (RAGO, 1985). O Código Sanitário também previa o direito à licença-maternidade, que seria estendido quatro anos depois.

É sempre muito caro aos militantes operários da época lembrar o custo dessas conquistas alcançadas com sangue e suor dos trabalhadores. Temerosos que estas acomodassem o operariado, ou pior, atribuissem-nas a uma suposta generosidade do patronato – como esses dedicavam-se a fazer entender – os sindicatos empenhavam-se

no registro da sua história de luta. É o caso desse artigo no *Boletim da Liga da Construção Civil*, de Niterói:

Todas essas melhorias, se as temos, não são concedidas espontaneamente pelos patrões que por sua vontade só poderiam nos tomar e nunca conceder a menor parcela de bem-estar, mas, sim, em virtude da nossa união e solidariedade, pois, se cada um de nós, isolados somos facilmente esmagados pelos patrões, unidos na nossa associação de classe, somos uma potência e fazemos-lhes curvar-se quando reclamamos os nossos direitos (*Boletim da Liga da Construção Civil*, 1921)

Entendendo assim, a importância de manter e fortalecer as lutas sindicais, o movimento operário viveria em 1919 um momento de reorganização. A UGT continuaria fechada e os militantes que participaram das revoltas de 1918 continuariam perseguidos, mas de maneira análoga ao ano anterior, os operários não demorariam a reestabelecer suas estruturas organizativas. Surgiria assim a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), que contaria com 16 associações em julho de 1919 e chega a 100.000 aderentes (NETO, 2007).

Outra iniciativa fundamental fora a organização de um *Terceiro Congresso Operário Brasileiro*, que é realizado em 1920 e é marcado por um aumento significativo de associações e delegados em relação aos Congressos anteriores, o que ilustra novamente um crescimento da organização e mobilização operária no período.

2. A greve geral de 1921

A partir das experiências de mobilizações dos anos anteriores e dos novos contornos organizativos alcançados no 3º Congresso, o movimento operário inicia a década de 1921 construindo processos de luta relevantes para a classe trabalhadora, ao passo que enfrentou obstáculos significativos. Dentre estes, as dificuldades de reorganização, um refluxo profundo no interior da classe trabalhadora e uma repressão mais estruturada contra os organismos do movimento operário.

Já na virada do ano de 1920 para 1921 uma nova e grande greve dos marítimos encabeçada pela recém fundada *Federação dos Trabalhadores dos Portos Marítimos e Fluviais* se espalha pelo estado do Rio. O jornal *Voz do Povo* (1920) – que é então “orientado e administrado pelo Comitê Central das Federações dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, Trabalhadores Marítimos, Trabalhadores em Transportes Terrestres e Operária do E. do Rio” – narra todo o processo em edições especiais, editadas especialmente para acompanhar a greve. O jornal denuncia as práticas de Epitácio Pessoa que, à frente do governo, toma o lado dos patrões e comete uma série de arbitrariedades contra os trabalhadores: “Os últimos acontecimentos desenrolados nesta capital demonstram suficientemente o espírito reacionário do governo atual que está a cair de podre. Os trabalhadores lançam-se atualmente numa greve justa.” (*Voz do Povo*, 1921)

Falando mais especificamente sobre a situação dos marítimos, o jornal explica as razões que os levaram a esse processo de greve:

Os trabalhadores marítimos exigem das empresas de navegação melhorias de salários e das

condições de vida a bordo. Nada mais razoável do que esta exigência.

Os trabalhadores marítimos passam as mais duras privações a bordo; ganham salários insignificantes em confronto aos rendimentos colossais empacotados pelos armadores que os exploram e maltratam; são mal alimentados, os gêneros dados ao consumo são os piores possíveis. Fartos de tolerar esse regime de escravos, pela solidariedade magnífica das suas associações de classe, resolvem diretamente exigir melhorias indispensáveis. (Voz do Povo, 1921)

O clima de tensão se agrava quando o marítimo José Leandro da Silva, jovem negro pernambucano, que trabalhava na cozinha de um navio, reagiu à repressão policial. Engajado na greve e conhecido por incitar os outros marítimos à revolta, o rapaz ficou indignado quando foi abordado por um policial, que o teria impedido de entrar no navio e ainda lhe ordenado a juntar seus pertences e abandonar o porto. José teria sacado sua faca de cozinheiro, e investido contra o policial, que errando seus tiros, acabou caindo do cais. O episódio seria seguido por uma perseguição policial, como narra Dulles:

O rebuliço aumentou quando outros agentes da polícia, com guardas e soldados, tentaram deter Leandro; ele abriu caminho brandindo a faca e infligiu ferimentos graves em quatro dos seus perseguidores. Saiu, então, um verdadeiro tiroteio para abatê-lo. Ao correr para dentro de um armazém, uma saraivada de balas atingiu mortalmente o conferente do estabelecimento. Bastante ferido, José Leandro finalmente se entregou. (DULLES, 1977)

Condenado a 30 anos de cadeia, o caso provocou ainda mais a indignação dos trabalhadores, que chegaram a formar

um Comitê Pró-Liberdade de José Leandro da Silva, para mobilizar apoio ao trabalhador e ajudar em sua defesa jurídica.

Ao mesmo tempo em que a greve toma maiores proporções, a polícia ataca a *União Operária da Construção Civil*, uma das associações mais mobilizadas no período, o que gera ainda mais revolta nos trabalhadores. O jornal *Voz do Povo* também chama a atenção para a nova lei repressiva que caminhava a passos largos para a votação no parlamento, reformulação da já conhecida *Lei Adolfo Gordo*:

Já de há muito que o governo dessa República afagava essa pretensão mesquinha e atrabiliária.

E com a aprovação acelerada do projeto Adolfo Gordo, sancionado de afogadilho, o sr. Epitácio, apoiado nessa lei de exceção, teve os seus propósitos satisfeitos. Munido da arma reacionária pretende por qualquer motivo, fechar todas as associações proletárias, com a já velhíssima balela que usa para mascarar o seu ódio aos trabalhadores: - a *manutenção da ordem* e outras capciosidades mais... (Voz do Povo, 1921)

Por fim, a nota do jornal finaliza, chamando os trabalhadores à luta:

O direito de greve para as classes proletárias é um direito sagrado.

A trindade sinistra quer levar o proletariado a situações extremas de desespero, quer asfixiar a liberdade das classes pobres, lhes aumentar a fome, as necessidades, a miséria!

Trabalhadores do Rio de Janeiro! Trabalhadores do Brasil, erguei-vos, reforçai a vossa solidariedade neste momento em que as liberdades estão sendo proscritas e a avalanche dos opressores se atira

contra a legião dos oprimidos para deferir-lhe um golpe de morte.

Levantenos-nos todos em sinal de protesto contra essa tirania porque unidos e coesos representamos a vitória!

Avante, sempre avante, trabalhadores! (Voz do Povo, 1921)

A greve continua mesmo com as ações do governo, fortalecida pelo esforço organizativo realizado no ano anterior, e se expande pelo estado, e a *Liga Operária da Construção Civil* também adere, também revoltosa ao ver sua coirmã sendo fechada na capital do país. O número seguinte do jornal relata a formação do *Comitê de Greve de Niterói*, que afirma ser criado para

a defesa dos direitos dos trabalhadores que a burguesia por todos os meios procura esmagar e estando provado que só pela greve poderemos fazer respeitar os nossos direitos à vida e à liberdade de reunião, assegurada pela própria Constituição da República, convida a todos os trabalhadores sem distinção de classe a aderir à greve geral que já se acha declarada por algumas classes organizadas. Essa greve em solidariedade às classes marítimas que se acham em luta pleiteando justas reivindicações e também como protesto contra o assalto e fechamento da União dos O. Em Construção Civil do Rio, violentamente levado a efeito pela prepotência e sanguinária polícia do Distrito Federal, defensora do capital e algoz dos trabalhadores.

Que seja o nosso lema: “Um por todos e todos por um” - O Comitê. (Voz do Povo, 1921)

O jornal também dá informe sobre sua assembleia ordinária do dia anterior, chamando-a de “uma animadíssima reunião, sendo o grande entusiasmo pela continuação da greve.” Ainda em

Niterói, o jornal afirma que “Os caldeiros de ferro aderiram ontem, ao movimento grevista” (Voz do Povo, 1921).

Como instância que abarcava esses diversos sindicatos, atuando na comunicação e articulação entre estes, a *Federação do Estado do Rio de Janeiro* decreta greve geral: “Em solidariedade aos trabalhadores marítimos e anexos, foi ontem decretada pela Federação Operária do E. do Rio, a greve geral de suas aderentes, a começar do dia 15 do corrente.” O jornal ainda dá uma alfinetada na imprensa burguesa, que insiste em propagandear a fragilidade do processo de luta: “Estão em greve, portanto, os trabalhadores da vizinha capital e de outras cidades. E a imprensa ainda diz que a greve declina...” (Voz do Povo, 1921).

Nesta época, a *Federação do Estado do Rio* contava com a filiação de uma série de sindicatos, agregando aqueles que não se localizavam na capital do país, sendo a maior parte de Niterói, como Liga Operária da Construção Civil, União dos Alfaiates, União dos Limadores e Sindicato dos Metalúrgicos, União dos Trabalhadores em Estiva, Carvão e Mineral. S. do Centro dos Operários das Pedreiras, Centro Operário da Barra do Pirai e União dos Trabalhadores de Petrópolis (Boletim da Liga Operária da Construção Civil, 1921).

É neste processo de luta que um crime ocorrido em Niterói choca os trabalhadores: José Cancio de Souza, secretário da *Associação Gráfica Fluminense*, é encontrado morto na porta da *Liga Operária da Construção Civil*. A *Voz do Povo* afirma que ele “era um orador eloquente, tendo-se feito ouvir ultimamente nas associações de classe que se encontram em luta, especialmente na Associação dos Marinheiros e Remadores” (Voz do Povo, 1921).

Percebemos assim a importância que o militante havia assumido na greve, tendo um trabalho assíduo de agitação e propaganda para com os trabalhadores, o que teria atraído a atenção das autoridades policiais.

Um ano depois, o jornal *Renovação* (1922), lembraria o caso. De acordo com Edgar Rodrigues, o diretor do jornal, José Marques da Costa, militante anarquista da *União Operária da Construção Civil*, teria sido confidente de Cancio de Souza. Marques da Costa haveria recebido dele uma carta relatando que já estava sendo perseguido por um agente policial há semanas. Segundo o relato, além das práticas oficiais que o Estado praticava para reprimir o movimento operário, os agentes policiais também adotavam práticas escusas – como o assassinato. Outra forma de coibir a atividade do movimento sindical era a demissão dos grevistas por parte dos patrões. Assim, após a greve geral de 1921, diversos trabalhadores de diversas categorias foram expulsos do trabalho, o que gerou outras greves de solidariedade.

Concomitantemente, o processo de criminalização do movimento operário avançaria à passos largos nos anos que se seguiram. A partir da posse da presidência por Arthur Bernardes, veremos medidas cada vez mais duras contra a luta social, como a criação da colônia penal de Clevelândia em 1922, a *Lei de Imprensa* de 1923 e a criação do *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS) em 1924.

3. A luta continua: as greves de 1925 e 1928

Mesmo com o avanço das forças repressivas, vemos novos e importantes processos de reorganização da classe trabalhadora nesse período, como a refundação da FORJ em 1924. A reconstrução dos organismos de mobilização social seria fundamental para novos e importantes processos de luta em diversas regiões do país.

Niterói não seria exceção, e as contradições sociais que permeavam os trabalhadores do porto aqui observadas seriam novamente o estopim para a revolta popular durante todo o restante da década de 1920. Rangel relata como o levante do navio São Paulo é acompanhado, no ano seguinte, de uma forte mobilização:

Em 1924 o levante do navio “São Paulo” interdita por vários dias a baía de Guanabara à navegação. E nos primeiros dias de 1925 uma greve geral convocada pelo comércio de Niterói contra o aumento de impostos receberia maciça adesão das classes trabalhadoras, inclusive das barcas, bondes e trens da Leopoldina. (RANGEL, 1983)

A memória do que ocorreu em 1918, com as movimentações ganhando um aspecto insurrecto, estaria bastante viva na população da cidade. Essas novas movimentações ameaçam tomar os mesmos ares, e a companhia, que cedeu em 1919, acabaria por novamente recuar nos anos seguintes. Simultaneamente, o governo revisaria leis importantes de repressão às movimentações populares, às estruturas do movimento sindical e às organizações políticas que emergiam. A chamada *Lei Celerada*, aprovada em 12 de agosto de 1927, sob o decreto nº 5.221 seria a materialização desse processo de recrudescimento do Estado. A lei

continuaría tendo como foco a vigilância de grupos advindos do meio operário, sobretudo militantes anarquistas. Tal fator se comprova na retomada da *Lei de Repressão ao Anarquismo*. Raquel de Azevedo afirma que “Em dezembro de 1927, porém, os artigos 5 e 6 do decreto de 1921 foram reeditados, aumentando a penalidade para aqueles que colocassem bombas de dinamite em edifícios públicos ou particulares ou em lugares franqueados ao público” (AZEVEDO, 2002).

Em 1928, no entanto, após uma década da *Batalha da Cantareira* ter passado, a *Companhia Cantareira* continua a adotar as mesmas práticas a cada ano seguido, como o de aumento da tarifa e mal pagamento de funcionários, sem sequer consultar as instâncias do governo, causando estranhamento até por parte dos governantes, como relata Rangel:

[...] a “Companhia Cantareira decide arbitrariamente aumentar as passagens dos bondes e barcas, a 11 de julho de 1928, sem sequer consultar os governos estadual e federal. O governador do Estado do Rio, Manuel Duarte, intimida a direção da empresa a suspender as novas tarifas e não é obedecido. Diante disso comunica oficialmente à Cantareira que não seria responsável pelas consequências do aumento. (RANGEL, 1983)

Os populares, como temiam os governantes, imediatamente tomariam as ruas, e finalmente veríamos uma situação extremamente similar àquela observada em 1918:

O povo, como previa o governador, revolta-se e as manifestações assumem proporção semelhante às de 1918. Multidões enfurecidas marchavam pelos bairros do centro, Icarai, São Domingos, Ponta da Areia e São Lourenço, virando e

incendiando bondes. A estação central das barcas foi protegida pela polícia, mas não aconteceu o mesmo aos depósitos de carvão, invadidos e destruídos pelos revoltosos. O comércio, mais uma vez, posicionou-se a favor do povo, contra a concessionária dos transportes. (RANGEL, 1983)

O conflito, que toma proporções cada vez maiores à medida que se espalha pela cidade, irá pressionar as autoridades, bem como a *Companhia Cantareira*, até o momento em que estes recuariam sob a pressão do povo. “Três dias duraram os incidentes, até que 13 de julho a Cantareira suspende a vigência do aumento, atendendo a sugestões do Ministro da Viação. O balanço de seus prejuízos apontou nada menos que 27 bondes incendiados.” (RANGEL, 1983).

Este movimento, que novamente toma ares insurrecionais, acontece em um momento político delicado para o governo brasileiro, onde diversas crises econômicas, políticas e sociais desestabilizariam a ordem vigente. No sentido de tentar estabelecer o *status quo*, o Estado responderia com a adoção de mecanismos de controle e repressão cada vez mais acentuados.

Conclusão

Os processos de luta protagonizados pelos trabalhadores marítimos aqui retratados foram marcados por mobilizações e enfrentamentos que sedimentaram o caminho para importantes conquistas sociais à medida que, através da ação direta, estes ameaçaram o poder das classes dominantes e causaram relevante prejuízo material para seus patrões.

Em contrapartida, a força repressora buscou contrabalancear tais conquistas sufocando associações e silenciando as vozes de revolta dos trabalhadores. Tais medidas se materializaram de maneira

mais imediata, através da força policial contra manifestações e atividades do movimento operário, gerando confrontos de grande contorno, mas também através da neutralização estratégica de grupos e militantes, como o fechamento de associações, prisões e, segundo os trabalhadores, até o assassinato. O recrudescimento desse aparato repressivo do Estado caminhou à passos largos durante esses anos, se solidificando de maneira mais expressiva no governo de Arthur Bernardes.

Não obstante, vemos que os trabalhadores não se subjugaram, e novas lutas dariam continuidade nos anos posteriores, a fim de avançar na conquista de direitos e garantir aquilo que já havia sido obtido nos anos anteriores, impedindo retrocessos sociais.

Referências

ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista: Uma questão de Identidade (1927-1937)**. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2002.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro, Nova

Fronteira, 1977.

FARINHA NETO, Oscar. **Atuação Libertária no Brasil**. Achiamé. Rio de Janeiro, 2007.

OITICICA, José. **Ação Direta**. Editoria Germinal. Rio de Janeiro, 1970.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A utopia na cidade disciplinar (Brasil, 1890-1920)**. Editora Achiamé: Rio de Janeiro, 1985.

RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. **A Travessia Rio-Niterói**. Niterói, 1983.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária**. Mundo Livre: Rio de Janeiro, 1979.

Periódicos:

Boletim da Liga Operária da Construção Civil. Niterói, 1921. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ).

Liberdade. Rio de Janeiro, 1917-1919. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ).

Renovação. Rio de Janeiro, 1922. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ).

Voz do Povo. Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720003&pasta=ano%20192&pesq=>>

Recebido em 2018-09-25
Publicado em 2018-11-16